



## “NOVAS FORMAS DE TRABALHAR, NOVOS MODOS DE ADOECER”: PLATAFORMIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO PSÍQUICO

“New ways of working, new ways of getting ill”: plataformization, intensification of teaching work and psychic illness

“Nuevas formas de trabajar, nuevas formas de enfermarse”: plataformización, intensificación del trabajo docente y enfermedad psíquica

Ana Karoline Machado<sup>1</sup>, Gleison da Silva<sup>2</sup>, Marina Garcia Lara<sup>3</sup>, Jorge Both<sup>4</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel/PR, Brasil.

### RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar criticamente a intensificação e a precarização do trabalho docente na educação pública brasileira, com foco nos impactos da plataformização sobre a saúde mental dos professores. Parte-se da constatação de que as reformas neoliberais, desde os anos 1990 e intensificadas após 2008 com o capitalismo digital, introduziram modelos de gestão inspirados no setor privado, orientados pela lógica da eficiência, da competitividade e da responsabilização individual, que passaram a incidir de maneira direta sobre a prática pedagógica. A pandemia de Covid-19 não criou essas contradições, mas acelerou sua consolidação, ao impor o ensino remoto emergencial, ampliar o uso compulsório de plataformas digitais e multiplicar as exigências burocráticas, intensificando jornadas invisíveis e esvaziando a autonomia docente. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e crítico-analítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na análise documental de relatórios institucionais, dados oficiais, pesquisas sindicais e reportagens jornalísticas produzidas entre 2020 e 2024. Os resultados apontam que a plataformização, longe de representar apenas inovação tecnológica, converteu-se em instrumento de controle e vigilância, reforçando a intensificação do trabalho e agravando o adoecimento psíquico. Evidencia-se que o sofrimento docente não decorre de falhas individuais, mas expressa contradições estruturais do capitalismo neoliberal, que fragilizam os coletivos profissionais e transformam a docência em atividade cada vez mais expropriada de sua dimensão criadora. Conclui-se que a repolitização do sofrimento docente, articulada à defesa da escola pública e de condições dignas de trabalho, constitui caminho indispensável para enfrentar o adoecimento e ressignificar a docência como prática social emancipadora.

**Palavras-chave:** Condições do trabalho docente; Saúde mental; Plataformas digitais.

### ABSTRACT

This article aims to critically analyze the intensification and precariousness of teaching work in Brazilian public education, focusing on the impacts of platformization on teachers' mental health. It begins with the

<sup>1</sup> Unioeste. Mestra em Educação. Grupo de Pesquisa sobre Formação e Trabalho em Educação Física. Grupo de Pesquisa em Formação e Atuação Docente. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0009-7384-9201> Email: [akm.machado@gmail.com](mailto:akm.machado@gmail.com)

<sup>2</sup> Unioeste. Mestre em Educação. Laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-6149-3895> Email: [gleisonsilva@gmail.com](mailto:gleisonsilva@gmail.com)

<sup>3</sup> Unioeste. Mestra em Antropologia. Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional e Social. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-6273-2010> Email: [marina.lara@unoeste.br](mailto:marina.lara@unoeste.br)

<sup>4</sup> Unioeste. Doutor em Educação Física. Grupo de Pesquisa sobre Formação e Trabalho em Educação Física. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-8238-5682> Email: [jorge.both@unoeste.br](mailto:jorge.both@unoeste.br)

observation that neoliberal reforms, since the 1990s and intensified after 2008 with digital capitalism, have introduced management models inspired by the private sector, guided by the logic of efficiency, competitiveness, and individual *accountability*, which have had a direct impact on pedagogical practice. The Covid-19 pandemic did not create these contradictions, but accelerated their consolidation by imposing emergency remote learning, expanding the compulsory use of digital platforms, and multiplying bureaucratic demands, intensifying invisible workdays and eroding teacher autonomy. This research is characterized as qualitative and critical-analytical, grounded in historical-dialectical materialism and documentary analysis of institutional reports, official data, union surveys, and journalistic reports produced between 2020 and 2024. The results indicate that platformization, far from representing merely technological innovation, has become an instrument of control and surveillance, reinforcing the intensification of work and exacerbating psychological distress. It is evident that teacher suffering does not stem from individual failures, but rather expresses structural contradictions of neoliberal capitalism, which weaken professional collectives and transform teaching into an activity increasingly stripped of its creative dimension. The conclusion is that the repoliticization of teacher suffering, combined with the defense of public schools and decent working conditions, represents an indispensable path to confronting psychological suffering and redefining teaching as an emancipatory social practice.

**Keywords:** Teaching working conditions; Mental health; Digital platforms.

## RESUMEN

Este artículo busca analizar críticamente la intensificación y la precariedad del trabajo docente en la educación pública brasileña, centrándose en los impactos de la plataformización en la salud mental del profesorado. Parte de la observación de que las reformas neoliberales, desde la década de 1990 y se intensificaron tras 2008 con el capitalismo digital, han introducido modelos de gestión inspirados en el sector privado, guiados por la lógica de la eficiencia, la competitividad y la responsabilidad individual, que han tenido un impacto directo en la práctica pedagógica. La pandemia de COVID-19 no creó estas contradicciones, sino que aceleró su consolidación al imponer la educación remota de emergencia, expandir el uso obligatorio de plataformas digitales y multiplicar las exigencias burocráticas, intensificando las jornadas laborales invisibles y erosionando la autonomía docente. Esta investigación se caracteriza por ser cualitativa y crítico-analítica, basada en el materialismo histórico-dialéctico y el análisis documental de informes institucionales, datos oficiales, encuestas sindicales y reportajes periodísticos producidos entre 2020 y 2024. Los resultados indican que la plataformización, lejos de representar una mera innovación tecnológica, se ha convertido en un instrumento de control y vigilancia, reforzando la intensificación del trabajo y exacerbando el malestar psicológico. Es evidente que el sufrimiento docente no proviene de fracasos individuales, sino que expresa contradicciones estructurales del capitalismo neoliberal, que debilitan a los colectivos profesionales y transforman la docencia en una actividad cada vez más despojada de su dimensión creativa. La conclusión es que la repolitización del sufrimiento docente, combinada con la defensa de la escuela pública y de condiciones laborales dignas, constituye un camino imprescindible para enfrentar el malestar y redefinir la docencia como una práctica social emancipadora.

**Palabras clave:** Condiciones de trabajo docente; Salud mental; Plataformas digitales.

## INTRODUÇÃO

Os recentes episódios de falecimento de professoras em escolas da rede pública estadual do Paraná,<sup>5</sup> em junho de 2025, evidenciam de forma dramática as consequências da intensificação do trabalho docente sob a lógica da plataformização e da gestão performativa. Em menos de uma semana, duas educadoras perderam a vida em pleno exercício da profissão: Silvaneide Monteiro Andrade, de 56 anos, faleceu durante uma reunião pedagógica dedicada à discussão de metas em plataforma digital; poucos dias depois, Rosane Maria Bobato, com quase trinta anos de carreira no magistério, morreu em sala de aula, em

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2025/06/07/parana-anuncia-ampliacao-de-programa-para-saude-de-educadores-em-seis-dias-duas-professoras-morreram-durante-expediente.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2025.

escola recém-terceirizada a uma organização social. Esses episódios, ainda que excepcionais, iluminam um quadro mais amplo de precarização, sobrecarga e adoecimento que atravessa o cotidiano docente.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar criticamente as determinações estruturais e as mediações histórico-sociais que condicionam o adoecimento psíquico dos professores da educação pública brasileira, orientando-se pela questão central: de que forma a plataformização e a intensificação do trabalho docente contribuem para o sofrimento psíquico na educação pública?

Esse movimento não ocorre de maneira isolada no campo educacional, mas integra um processo mais amplo de reorganização do capitalismo em escala global. Se, no primeiro plano, a financeirização, a expansão das tecnologias digitais e a racionalidade ultraneoliberal redefiniram as formas de exploração e controle no mundo do trabalho, no plano subsequente tais dinâmicas passam a estruturar também o cotidiano escolar, reconfigurando suas práticas, temporalidades e relações profissionais. É nesse ponto que a educação se torna particularmente permeável às estratégias empresariais de gestão: os princípios de produtividade, eficiência e responsabilização individual, consolidados nas últimas décadas, deslocam-se para dentro das políticas educacionais, convertendo a escola em um espaço cada vez mais submetido a métricas, protocolos e dispositivos de avaliação contínua.

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho foi atravessado por uma reestruturação profunda, marcada pela financeirização da economia, pela difusão de tecnologias digitais e pela consolidação de uma racionalidade ultraneoliberal que transforma trabalhadores em sujeitos de desempenho permanentemente avaliados, mensurados e responsabilizados. A educação não ficou à margem desse movimento: desde os anos 1990, reformas gerenciais inspiradas no ideário empresarial passaram a incorporar princípios de produtividade, eficiência, meritocracia e responsabilização individual, remodelando a escola segundo a lógica da gestão corporativa (Srnicek, 2017).

Com o avanço do capitalismo de plataforma no pós-2008, tais reformas se intensificaram, introduzindo mecanismos de plataformização, extração de dados e monitoramento contínuo que ampliam controle, aceleram ritmos e expandem a jornada invisível de trabalho docente. Nesse ambiente, professores são interpelados como empreendedores de si, pressionados a cumprir metas, alimentar sistemas, adaptar-se a múltiplas ferramentas digitais e responder a demandas ininterruptas, o que aprofunda formas de autoexploração e produz impactos severos sobre a saúde física e mental dos profissionais, evidenciando a centralidade do adoecimento docente no contexto atual (Srnicek, 2017).

A pandemia de Covid-19 acelerou esse processo ao impor abruptamente o ensino remoto, ampliando a dependência de plataformas digitais, a multiplicação de tarefas e a perda de referenciais pedagógicos presenciais em um contexto de baixo suporte institucional. Nesse ambiente, a intensificação do trabalho docente se expressa tanto quantitativamente — pelo aumento da carga horária e da multiplicação de responsabilidades — quanto qualitativamente, pela fragmentação da prática pedagógica, naturalização do sofrimento e responsabilização subjetiva. O uso massivo de plataformas digitais converteu

a prática pedagógica em uma atividade de fácil monitoração e subordinada a lógicas externas à autonomia docente, deslocando o foco da educação para critérios de mensuração e *accountability* (Silva *et al*, 2023).

Estudos recentes confirmam essa relação entre intensificação do trabalho e adoecimento. Vosgerau, Orlando e Meyer (2017) identificaram a prevalência de quadros psicossomáticos no ensino superior público em função do produtivismo acadêmico; Bosi (2019) apontou a precarização nas universidades associada à mercantilização da atividade docente; e Dardot e Laval (2016) destacaram a incorporação da lógica de competitividade e desempenho, que reduz o sujeito docente à condição de trabalhador performático. No contexto da educação básica, diferentes pesquisas empíricas têm evidenciado a gravidade da saúde mental docente. Albuquerque *et al.* (2018) verificaram a prevalência de distúrbios psíquicos entre professores do Paraná, enquanto Tostes *et al.* (2018) identificaram índices de ansiedade em 70% e de depressão em 44% dos participantes. De forma semelhante, Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019) apontaram níveis alarmantes desses transtornos entre docentes da educação infantil e dos anos iniciais. Mais recentemente, Silva *et al.* (2023) destacaram que, mesmo entre professores engajados, prevalecem sentimentos de desvalorização, sofrimento e processos de medicalização.

No Estado do Paraná, a gravidade do problema tem mobilizado sindicatos e entidades representativas. Em 2024, mais de 8 mil professores solicitaram afastamento por motivos de saúde mental (Caldas, 2025).<sup>6,7</sup> O Carissimi (2025)<sup>8</sup> denunciou a imposição de plataformas digitais sem escuta pedagógica, o aumento de turmas atribuídas e a redução da hora-atividade como fatores centrais no adoecimento docente. Esses elementos, articulados às análises de Frigotto (2017), Saviani (2009) e Kuenzer (2005), permitem compreender que o sofrimento psíquico não é fenômeno individual ou episódico, mas expressão de um processo histórico vinculado às reformas neoliberais e à reorganização produtiva do trabalho, que precariza a atividade educativa, esvazia o sentido público da escola e expropria o docente de sua prática e de sua saúde mental.

## DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A investigação adota como referencial teórico-metodológico a tradição do materialismo histórico-dialético, que permite apreender os fenômenos sociais em sua totalidade, historicidade e contradição. Essa abordagem possibilita compreender o adoecimento psíquico docente não como fenômeno individual ou episódico, mas como expressão das contradições materiais e simbólicas do capitalismo contemporâneo. Além disso, fundamenta-se nas contribuições de Marx (2017), para quem o trabalho constitui a categoria fundante do ser social, e em autores como Antunes (2018; 2020), Harvey (2008) e Dardot e Laval (2016), que analisam a nova morfologia do trabalho, a acumulação flexível e o neoliberalismo como racionalidade política que incide diretamente sobre a subjetividade. Complementam essa base as reflexões de Smith

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2025/06/03/mais-de-88-mil-professores-foram-afastados-por-sofrimento-mental-em-2024-alerta-ana-julia/>. Acesso em: 04 out. 2025.

<sup>7</sup> Disponível em: [https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dos-as-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/?utm\\_source](https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dos-as-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/?utm_source). Acesso em: 04 out. 2025.

<sup>8</sup> Disponível em: [https://appsindicato.org.br/artigo-plataformas-da-morte/?utm\\_source](https://appsindicato.org.br/artigo-plataformas-da-morte/?utm_source). Acesso em: 04 out. 2025.

(2018), sobre os efeitos da especialização extrema, e de Gramsci (2001), que concebe o professor como intelectual orgânico, capaz de articular saber e transformação social.

O objeto de estudo corresponde ao processo de intensificação e precarização do trabalho docente na educação pública brasileira, com ênfase nas repercussões psíquicas vivenciadas durante e após a pandemia de Covid-19.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de caráter crítico-analítico, articulando análise documental a categorias teóricas da tradição marxista. O recorte temporal entre 2020 e 2024 justifica-se por abranger tanto o período mais crítico da pandemia de Covid-19 quanto o imediato pós-pandemia, quando se intensificaram a plataformização do ensino e os afastamentos por adoecimento psíquico. A seleção dos documentos seguiu critérios de relevância temática — com foco nas condições de trabalho e saúde docente — e de disponibilidade pública em bases oficiais e institucionais, assegurando a confiabilidade das fontes.

Reconhece-se, contudo, algumas limitações metodológicas. A ausência de dados primários (entrevistas ou levantamentos diretos) restringe o acesso às percepções subjetivas dos docentes e impede recortes mais específicos de gênero, raça ou localização regional. Essa opção decorreu de dois fatores: (i) a urgência em problematizar o tema a partir de evidências já disponíveis em escala nacional; e (ii) a inviabilidade, neste momento, de mobilizar recursos para pesquisa de campo.

Apesar dessas limitações, a investigação apresenta potencialidades: a análise documental permitiu identificar tendências estruturais e padrões recorrentes que conferem consistência ao estudo.

Assim, a articulação entre teoria e empiria confere solidez ao estudo, permitindo superar leituras individualizantes do sofrimento e evidenciar o adoecimento docente como manifestação histórica e socialmente determinada, vinculada às contradições do trabalho educativo no contexto neoliberal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A intensificação do trabalho docente sob a racionalidade neoliberal**

A intensificação do trabalho docente, enquanto expressão das mutações estruturais do capitalismo, exige ser recontextualizada à luz da atual fase do capitalismo contemporâneo na era digital, caracterizada pela centralidade das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), pela expansão da Inteligência Artificial e pela hegemonia dos modelos de plataformização que reorganizam processos produtivos, relações laborais e formas de governança. Diversos autores têm mostrado que, após a crise financeira de 2008, o neoliberalismo assume uma nova configuração, frequentemente descrita como novo-neoliberalismo ou ultraneoliberalismo, marcada pela financeirização ampliada, pela captura dos dados como matéria-prima e pela intensificação de mecanismos de controle e responsabilização individual (Han, 2015).

Nesse cenário, as reformas educacionais incorporam cada vez mais dispositivos digitais de avaliação, gestão e monitoramento, ampliando a exigência de desempenho e redefinindo o professor como

operador de plataformas e gestor de metas. Como argumentam Dardot e Laval (2016), essa racionalidade neoliberal atua como tecnologia política capaz de modelar subjetividades e produzir trabalhadores que se percebem como “empreendedores de si”, deslocando para o docente o peso do sucesso ou fracasso escolar e ocultando as determinações estruturais que condicionam sua prática. Assim, a combinação entre capitalismo digital, governança algorítmica e novo-neoliberalismo aprofunda a precarização, expande a jornada invisível e intensifica o adoecimento físico e mental dos profissionais da educação, convertendo as plataformas em dispositivos centrais de controle, vigilância e autoexploração.

Essa dinâmica só pode ser compreendida a partir de uma concepção crítica de trabalho. Para Marx (2017), o trabalho é a categoria fundante do ser social, porque é por meio dele que o homem se produz e produz a realidade. Contudo, sob a lógica capitalista, o trabalho assume caráter alienado, no qual o trabalhador é expropriado do sentido e dos frutos de sua atividade. Na docência, isso se traduz na perda da dimensão criadora da prática pedagógica, transformada em execução de tarefas externas à finalidade educativa.

Gramsci (2001), ao discutir o papel dos intelectuais, concebe o professor como intelectual orgânico, capaz de articular saberes e práticas em favor da transformação social. Essa condição, entretanto, é tensionada quando a atividade docente é reduzida à aplicação de conteúdos ou ao cumprimento de metas e indicadores, anulando sua dimensão crítica. Atualizando esse debate, Antunes (2018; 2020) identifica na chamada “nova morfologia do trabalho” o predomínio da precarização, da intensificação e da expansão das jornadas invisíveis, fenômenos que atingem não apenas o trabalho manual, mas também o trabalho imaterial e intelectual, como o docente.

A partir desses referenciais, a intensificação do trabalho docente não se limita ao aumento de responsabilidades ou à multiplicação de tarefas, mas implica em alienação, fragmentação e perda do sentido social da prática educativa. No caso específico da docência, essa intensificação se expressa de múltiplas formas: (i) no aumento de turmas atribuídas e acúmulo de tarefas extraclasse; (ii) na ampliação das exigências burocráticas em relatórios, planejamentos e registros em plataformas digitais; (iii) na naturalização de jornadas que invadem o tempo de descanso e lazer. Como destaca Ciavatta (2015), a expansão do controle institucional e da lógica burocrática amplia o sofrimento ético-político, transformando o professor de intelectual autônomo em executor de tarefas padronizadas, processo que gera frustração, desvalorização e sentimento de impotência.

Esse quadro é reforçado pela retórica governamental que apresenta a intensificação como modernização e inovação, especialmente por meio de plataformas digitais e sistemas de *accountability*. O termo, amplamente discutido no campo educacional, refere-se a mecanismos de responsabilização que vinculam desempenho escolar a indicadores previamente estabelecidos, subordinando o trabalho docente a métricas externas e a processos de regulação inspirados no setor privado (Afonso, 2012; Ball, 2004). Nesse modelo, professores e escolas tornam-se gestores de resultados, devendo comprovar eficiência em avaliações padronizadas, o que altera a finalidade do trabalho pedagógico: em vez de orientar-se pela

formação crítica e emancipatória dos estudantes, a prática docente passa a ser medida pela capacidade de atender a metas externas.

Essa contradição revela um deslocamento profundo no sentido do trabalho. Para Harvey (2008), o trabalho sob o neoliberalismo é reorganizado dentro de uma lógica de acumulação flexível, na qual a exploração se intensifica tanto no plano objetivo — por meio da precarização e da ampliação da jornada — quanto no plano subjetivo, pela internalização da culpa e da cobrança de desempenho. Em diálogo com Marx (2017), o autor mostra que o trabalho deixa de ser mediação criadora da vida social para se converter em mecanismo de expropriação e alienação, afetando inclusive dimensões emocionais e cognitivas. No caso docente, isso se traduz na naturalização de jornadas invisíveis, na perda de autonomia e na internalização de sentimentos de fracasso diante de exigências inatingíveis.

Williams (2011) contribui para compreender que tais sentimentos não são apenas experiências individuais, mas constituem uma “estrutura de sentimento” historicamente produzida, que transforma contradições sociais em afetos privados e fragiliza a solidariedade coletiva. A culpabilização subjetiva, como destacam Harvey (2008) e Frigotto (2017), atua então como estratégia de despolitização: ao atribuir o sofrimento às limitações pessoais, bloqueia-se a percepção de que ele decorre de condições estruturais do trabalho. O resultado é a invisibilização do adoecimento docente, tratado como característica inerente à profissão, quando na realidade constitui produto direto da intensificação e da lógica de responsabilização neoliberal. Esse processo abre caminho para compreender como a plataformização da educação se articula à precarização, operando como mecanismo de controle e aprofundamento da exploração, tema do próximo subitem.

### **A pandemia de Covid-19 e a plataformização como catalisadores de contradições**

A pandemia de Covid-19 representou um marco no processo de reorganização do trabalho docente no Brasil. Não criou do zero as contradições do magistério, mas acelerou tendências que vinham sendo gestadas desde os anos 1990, quando reformas neoliberais introduziram modelos gerenciais no setor educacional, guiados por eficiência, competitividade e responsabilização individual. Segundo Caon (2025),<sup>9</sup> apenas em 2024 foram registrados mais de 470 mil afastamentos por transtornos mentais no país, com forte incidência entre professores da educação básica. Esses números mostram que a crise sanitária não inaugurou o adoecimento docente, mas o intensificou, atuando como catalisador de um processo historicamente vinculado à precarização do trabalho. Como enfatiza Antunes (2020, p. 41), a pandemia “apenas escancarou o que já estava em curso”.

A pandemia, ao impor o ensino remoto emergencial, abriu espaço para que as plataformas digitais se consolidassem como solução quase exclusiva para a continuidade das atividades escolares. O que inicialmente foi apresentado como medida provisória de enfrentamento da crise sanitária acabou naturalizado como estratégia de gestão, ampliando a presença de empresas de tecnologia no campo

---

<sup>9</sup> Disponível em: [https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/50789789?utm\\_source](https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/50789789?utm_source). Acesso em: 06 out. 2025.

educacional e legitimando seu papel como mediadoras centrais do processo pedagógico. Assim, o contexto pandêmico não apenas intensificou o adoecimento docente, mas também acelerou a incorporação de dispositivos digitais que, posteriormente, se tornaram estruturantes da organização do trabalho escolar.

Nesse contexto, a plataformização da educação tornou-se o eixo organizador das práticas pedagógicas. Mais do que simples mediação tecnológica, as plataformas digitais se consolidaram como dispositivos de gestão que avaliam, monitoram e redefinem as tarefas docentes. Inserem-se, assim, em uma racionalidade neoliberal que associa qualidade educacional a métricas de desempenho e indicadores quantitativos (Dardot; Laval, 2016). Esse avanço não ocorreu de modo espontâneo: pesquisas mostram a atuação de fundações empresariais — como Instituto Lemann, Itaú-Unibanco e Instituto Ayrton Senna — em parceria com governos estaduais e organismos multilaterais, para disseminar sistemas digitais padronizados em redes públicas (Leher *et al.*, 2024). Williamson (2017) denomina esse movimento de governança algorítmica da educação, em que decisões pedagógicas antes dependentes da autonomia docente passam a ser orientadas por softwares, algoritmos e relatórios.

A adesão compulsória a essas ferramentas implicou mudanças radicais no tempo e no espaço da docência. Professores relataram a sobreposição entre ensino e registro, a multiplicação de exigências burocráticas e a necessidade de capacitação contínua nos próprios sistemas digitais. Isso resultou na ampliação da jornada invisível, com atividades realizadas fora do horário contratual.

A plataformização, portanto, não apenas reorganiza tarefas, mas institui um novo regime de subjetivação. Han (2015) define essa lógica como característica da sociedade do desempenho, em que a exploração não ocorre apenas por coerção externa, mas pela autoexploração. O professor internaliza metas e indicadores como critérios de valor, cobrando de si mesmo uma produtividade incessante. Marx (2017) ajuda a compreender esse processo ao discutir a subsunção real do trabalho ao capital: não apenas o processo produtivo é reorganizado, mas também a subjetividade do trabalhador é moldada para atender às exigências sistêmicas. Harvey (2008), ao analisar a acumulação flexível, reforça que o trabalho, sob o neoliberalismo, é intensificado em sua dimensão objetiva e subjetiva, transformando não só a atividade, mas a própria vida em mercadoria.

Esse quadro reforça o fetichismo das plataformas: resultados numéricos passam a ser confundidos com sinais de qualidade, ocultando desigualdades estruturais. Smith (2018), já no século XVIII, alertava para os riscos da especialização extrema, que tende a empobrecer intelectualmente o trabalhador. No magistério, a fragmentação em microtarefas monitoradas por algoritmos reduz a atividade pedagógica à repetição técnica, esvaziando sua dimensão crítica e formativa.

Importa destacar que o avanço da plataformização não ocorreu de forma homogênea. Enquanto algumas redes municipais experimentaram soluções híbridas, criando margens de diálogo com os docentes, estados como o Paraná optaram por sistemas centralizados e de baixa autonomia. Essa comparação demonstra que a plataformização não é destino inevitável, mas escolha política, associada a projetos empresariais de gestão educacional.

Essa reorganização estrutural do trabalho docente pela plataformização não é neutra em seus efeitos. Ao ampliar jornadas invisíveis, fragmentar tarefas e deslocar a autonomia pedagógica para sistemas digitais controlados por corporações, cria-se um ambiente de exaustão permanente. O professor passa a ser avaliado não pelo vínculo estabelecido com seus alunos ou pela qualidade formativa de sua prática, mas por relatórios, gráficos e indicadores. Esse deslocamento converte o trabalho pedagógico em um espaço de vigilância e autoexploração, abrindo caminho para compreender como tais dinâmicas impactam diretamente a saúde mental e contribuem para o processo de adoecimento docente, tema do próximo subitem.

### **Adoecimento docente como processo histórico**

A precarização do trabalho docente não deve ser lida como falha excepcional ou anomalia de um sistema em crise, mas como fundamento constitutivo do próprio capitalismo contemporâneo. Antunes (2020) argumenta que o adoecimento dos trabalhadores está intrinsecamente ligado à expansão da exploração, que se estende para além da esfera produtiva e invade dimensões físicas, emocionais e cognitivas da vida.

No magistério, esse processo assume formas específicas: sobrecarga de funções pedagógicas e administrativas, cobrança incessante por resultados mensuráveis, invisibilização do esforço intelectual e crescente controle gerencial sobre a prática educativa. O que se apresenta como política de eficiência, portanto, materializa-se na intensificação de tarefas e na degradação da saúde mental dos docentes.

No plano político, a análise de Harvey (2008) contribui para compreender como esse processo se articula à lógica da acumulação flexível e da mercantilização da vida social. Para o autor, o neoliberalismo promove uma verdadeira “desposseção pela despolitização”, convertendo direitos sociais em mercadorias e enfraquecendo espaços de organização coletiva.

Na docência, isso se traduz na conversão do sofrimento em experiência privada, individualizada e naturalizada, desvinculada das lutas sociais mais amplas. O resultado é a fragilização da identidade profissional e o reforço da impotência individual, em um contexto em que os docentes são estimulados a lidar isoladamente com problemas que são coletivos e estruturais.

Essa responsabilização subjetiva encontra respaldo no que Dardot e Laval (2016) descrevem como racionalidade neoliberal: a exigência de sujeitos governáveis pela performance. O professor é instado a tornar-se “empreendedor de si”, assumindo como falha pessoal aquilo que decorre de condições estruturais inviáveis. Quando não alcança todas as metas impostas, mesmo que estas sejam contraditórias ou inalcançáveis, internaliza sentimentos de culpa, insuficiência e fracasso. Assim, instaura-se um ciclo perverso de autoexploração e autodesvalorização, em que a exigência por resiliência e superação constante recai sobre os indivíduos, obscurecendo o caráter histórico e coletivo das contradições que produzem o sofrimento.

Nesse ponto, os estudos de Facci (2004; 2013; 2021) são fundamentais para ampliar a compreensão do fenômeno. A autora lembra que o trabalho, em sua essência, é atividade criadora, mediadora da humanização e dotada de sentido social. Quando fragmentado, burocratizado e esvaziado de sua dimensão criativa, converte-se em fonte de sofrimento ético-político. No caso dos docentes, esse sofrimento emerge do afastamento em relação à autonomia intelectual e da impossibilidade de apropriar-se criticamente de sua própria prática. O sentimento de impotência não é, portanto, mera dimensão subjetiva, mas expressão concreta das contradições impostas pela lógica capitalista ao trabalho educativo.

Gramsci (2001), ao conceber o professor como intelectual orgânico, reforça a dimensão estratégica do magistério enquanto prática capaz de articular saberes e promover transformações sociais. Contudo, no contexto neoliberal, essa função é capturada por mecanismos de controle ideológico e gerencial, que reduzem o professor a executor de tarefas fragmentadas. Esse movimento não apenas desmobiliza a potência crítica do docente, como intensifica sua desvalorização material e simbólica, esvaziando o reconhecimento social da profissão.

Essa desvalorização manifesta-se em múltiplos planos: baixos salários, sobrecarga de turmas, redução de hora-atividade, além de discursos que responsabilizam individualmente o docente pelos fracassos do sistema escolar. O adoecimento, nesse cenário, cumpre dupla função. De um lado, fragiliza a saúde mental e física dos trabalhadores, conduzindo a afastamentos e medicalizações crescentes. De outro, funciona como mecanismo de neutralização política, pois professores adoecidos, sobrecarregados ou culpabilizados tendem a se afastar da luta coletiva e da ação crítica no espaço escolar (Macaia; Fischer, 2015).

Dessa forma, o adoecimento psíquico docente deve ser compreendido como fenômeno ético-político e coletivo, inseparável das contradições estruturais do capitalismo neoliberal. Romper com sua naturalização implica recuperar sua dimensão histórica e estrutural, devolvendo-lhe um lugar no debate público sobre as condições de trabalho e a defesa da educação como direito social.

Esse horizonte crítico abre caminho para o tópico seguinte. Se, por um lado, o adoecimento opera como mecanismo de fragilização e despolitização, por outro, ele pode tornar-se espaço de denúncia e mobilização coletiva. Reconhecer o sofrimento docente como produto histórico e social é condição para transformá-lo em força política, o que nos leva a discutir, no próximo subitem, as formas de resistência e as possibilidades de repolitização do sofrimento docente.

### **Resistência e possibilidades de repolitização do sofrimento docente**

Se, por um lado, o adoecimento docente tem sido naturalizado e tratado como responsabilidade individual, por outro, ele pode converter-se em ponto de partida para a construção de respostas coletivas e politizadas. A percepção compartilhada de exaustão, desvalorização e perda de autonomia revela uma estrutura de sentimento (Williams, 2011) que, quando apropriada no plano político, pode transformar-se em energia de contestação e solidariedade. Isso significa reconhecer que o sofrimento não se restringe à

esfera íntima, mas constitui campo de disputa em torno dos sentidos do trabalho docente e do próprio projeto de escola pública.

Autores como Facci (2021) e Gramsci (2001) oferecem contribuições fundamentais para compreender esse movimento. Para Facci (2021), o trabalho, quando esvaziado de sua dimensão criadora, gera sofrimento ético-político; mas é justamente nesse terreno que se abrem possibilidades de transformação. Gramsci (2001), por sua vez, concebe o professor como intelectual orgânico, capaz de articular experiência cotidiana, consciência crítica e ação contra-hegemônica. Nesse horizonte, a repolitização do sofrimento docente implica reconstruir laços de solidariedade e afirmar a docência como prática social emancipadora, rompendo com a lógica individualizante imposta pelo neoliberalismo.

As contribuições de Thompson (1981) ampliam essa perspectiva ao demonstrar que a consciência de classe não surge espontaneamente, mas se forma a partir da experiência vivida, na qual condições materiais e práticas culturais se entrelaçam. Aplicado à docência, isso significa reconhecer que o cotidiano marcado por jornadas extenuantes, plataformização, perda de autonomia e adoecimento psíquico pode ser apropriado como experiência comum, geradora de identidade coletiva. O sofrimento torna-se, assim, um “ponto de condensação da experiência” (Thompson, 1981), capaz de revelar contradições estruturais e abrir brechas para a organização política.

Enfrentar o adoecimento docente, portanto, requer estratégias que transcendam soluções individuais de autocuidado e avancem para práticas de resistência coletiva. Entre elas, destacam-se: a criação de redes de apoio mútuo entre professores; o fortalecimento de sindicatos e movimentos sociais, que atuam como mediadores fundamentais da luta por melhores condições de trabalho; e a construção de comunidades pedagógicas colaborativas, capazes de resgatar a dimensão criadora da docência e contrapor-se à lógica fragmentada da plataformização. Em muitas escolas, iniciativas coletivas de planejamento, partilha de experiências e projetos pedagógicos coletivos já se configuram como espaços de resistência cotidiana, onde o sofrimento encontra ressignificação e o trabalho recupera parte de sua potência criativa.

Outro aspecto central é a necessidade de inscrever a pauta da saúde mental docente nas lutas mais amplas por políticas educacionais democráticas. Isso implica articular professores, estudantes, famílias e sociedade civil em torno de um projeto de escola pública que não apenas denuncie a precarização, mas afirme a educação como direito social e espaço de emancipação. Ao deslocar o debate sobre o adoecimento do campo privado para o coletivo, amplia-se a capacidade de repolitização, pois se recoloca a saúde mental dos docentes como parte inseparável da luta pelo bem comum.

Repolitizar o sofrimento docente, em última instância, significa retirá-lo do terreno da culpabilização individual — típico da racionalidade neoliberal — e reinscrevê-lo no campo da crítica social e da luta de classes. Marx (2017) já demonstrava que a alienação não se limita à perda de controle sobre o produto do trabalho, mas envolve também a captura da subjetividade e das condições de existência. No caso da docência, o adoecimento psíquico manifesta-se como forma contemporânea dessa alienação, na qual o professor é expropriado não apenas de sua autonomia intelectual, mas também de sua saúde.

A resistência, portanto, não se reduz a mitigar sintomas ou adotar estratégias individuais de adaptação. Ela deve ser entendida como prática transformadora, fundada em vínculos coletivos e em formas organizativas que recuperem o sentido humano do trabalho educativo. Como observa Antunes (2020), a degradação do trabalho na era digital abre também espaço para novas formas de contestação, pois o sofrimento evidencia as contradições entre a promessa de modernização e a realidade da exploração. Facci (2021) acrescenta que o sofrimento ético-político pode converter-se em potência criadora quando reconhecido como produto de determinações estruturais, e não como falha pessoal.

Assim, repolitizar o sofrimento docente significa recolocá-lo no horizonte da crítica e da ação coletiva, vinculando a luta pela saúde mental dos professores à defesa intransigente da escola pública. Esse movimento não apenas denuncia os efeitos da mercantilização e da plataformação, mas também afirma a possibilidade de ressignificar a docência como prática social emancipadora, capaz de resistir às lógicas de exploração e de construir alternativas de solidariedade e transformação.

Essa reflexão abre o caminho para as considerações finais, nas quais se retoma a centralidade do trabalho docente na luta por uma educação pública democrática e se destacam as contribuições, limites e perspectivas de pesquisa que emergem deste estudo.

## **CONCLUSÕES**

A intensificação do trabalho docente não é um fenômeno distante ou abstrato. Ela se manifesta cotidianamente na vida dos professores, que convivem com a sobrecarga de tarefas, a pressão por resultados imediatos e a constante sensação de insuficiência. O que antes já se fazia sentir de forma difusa ganhou novas proporções nos últimos anos, reforçando a ideia de que o magistério tem sido atravessado por condições que fragilizam sua prática e esvaziam o sentido criador da profissão.

A precarização, por sua vez, revela-se em múltiplos aspectos: baixos salários, turmas cada vez mais numerosas, redução do tempo destinado ao planejamento e, sobretudo, a imposição de plataformas digitais como condição para o exercício da docência. Essas ferramentas, muitas vezes apresentadas como sinônimo de inovação, converteram-se em instrumentos de controle e vigilância. A cobrança pelo seu uso não se traduz em melhorias efetivas no processo de ensino e aprendizagem, mas amplia a burocratização e transfere responsabilidades pedagógicas para sistemas externos, sem garantir que os resultados prometidos sejam alcançados.

Nesse processo, os professores se veem obrigados a lidar com uma contradição permanente: de um lado, são pressionados a adotar metodologias “modernas” e registrar cada detalhe de sua prática em sistemas digitais; de outro, não recebem formação adequada, tempo suficiente ou condições materiais para efetivar tais demandas. Essa discrepância gera frustração, pois os instrumentos que deveriam apoiar o trabalho acabam se tornando obstáculos adicionais. A inovação, assim, é convertida em peso, intensificando a sensação de que os esforços individuais jamais são suficientes para responder às expectativas institucionais.

Além disso, a cultura da mensuração permanente fragiliza o próprio sentido do ato educativo. Ao reduzir a complexidade do processo de ensino e aprendizagem a números, gráficos e relatórios, esvazia-se a dimensão humana da escola. O que se perde nesse movimento é a valorização da relação pedagógica, do tempo de escuta e da construção coletiva do conhecimento. Nesse ambiente, o professor não é reconhecido por sua capacidade de formar sujeitos críticos, mas por sua habilidade em alimentar sistemas e alcançar índices padronizados que pouco dialogam com a realidade concreta da sala de aula.

No período pós-pandemia, as marcas desse processo se tornaram ainda mais evidentes. A defasagem de conteúdos entre os estudantes expôs a necessidade urgente de recomposição, ao mesmo tempo em que se ampliaram as exigências sobre os professores. Reorganizar práticas, adaptar currículos e responder às demandas das plataformas passaram a fazer parte de uma rotina cada vez mais complexa, sem que houvesse condições materiais e institucionais para sustentar tais mudanças.

Nesse cenário, o adoecimento docente não pode ser visto como evento isolado. Ele se intensifica em meio a um ambiente neoliberal que cobra mais, oferece menos e fragiliza os coletivos de professores. O isolamento, a sensação de fracasso e o peso da responsabilidade individual acabam se sobrepondo à dimensão solidária da profissão, esgarçando vínculos de apoio e dificultando a construção de respostas conjuntas.

A contribuição específica deste artigo está em articular o debate sobre intensificação, plataformização e adoecimento docente em uma mesma análise crítica, preenchendo uma lacuna no campo ao relacionar dimensões estruturais do trabalho educativo com a saúde mental dos professores. Os achados têm implicações práticas e políticas ao evidenciar que a imposição de plataformas digitais e o aprofundamento da lógica gerencial não produzem melhorias significativas no processo de ensino-aprendizagem, mas ampliam a precarização e o sofrimento, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização docente, à redução da sobrecarga e à promoção de condições dignas de trabalho. Além disso, este estudo aponta caminhos para pesquisas futuras, sobretudo investigações empíricas que permitam ouvir diretamente os professores em diferentes contextos, regiões e etapas da educação básica, de modo a aprofundar a compreensão sobre as formas concretas de resistência, as estratégias de cuidado coletivo e as possibilidades de repolitização do sofrimento no magistério.

Concluir este percurso de análise é também reafirmar que não se trata de responsabilizar os indivíduos, mas de reconhecer que a intensificação, a plataformização e a precarização são processos estruturais que incidem diretamente sobre a saúde e a vida dos professores. Se o sofrimento se acentua, é porque as contradições se tornaram mais nítidas. E é nesse reconhecimento que se abre a possibilidade de reconstrução de caminhos coletivos, de defesa da escola pública e de ressignificação da docência como prática social viva e essencial.

## AGRADECIMENTOS

Os autores declaram não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Accountability e educação**: regulação, responsabilização e prestação de contas. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; LIRA, Laís Neves Alves; SANTOS, Isabela Janz; CHIOCHETTA, Raquel L.; PERNA, Paulo Otávio; SILVA, Maria José S. Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1287-1300, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00145>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/vFbrMPB8YVfWZY7SVTrckSQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

BOSI, Antônio de Pádua. Saúde, trabalho docente e pós-graduação no Brasil (1980-2017). **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 50, p. 243-251, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i51.1314>. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1314>. Acesso em: 27 set. 2025.

CALDAS, Ana Carolina. Mais de 88 mil professores foram afastados por sofrimento mental em 2024, alerta Ana Júlia. **Brasil de Fato**, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/03/mais-de-88-mil-professores-foram-afastados-por-sofrimento-mental-em-2024-alerta-ana-julia/>. Acesso em: 28 set. 2025.

CAON, Marcelo. Entrevista: “Adoecimento mental revela falha estrutural na promoção de ambientes de trabalho saudáveis”. **TRT4**, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/50789789>. Acesso em: 27 set. 2025.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. Plataformas da morte. **APP-Sindicato**, 2025. Disponível em: [https://appsindicato.org.br/artigo-plataformas-da-morte/?utm\\_source](https://appsindicato.org.br/artigo-plataformas-da-morte/?utm_source). Acesso em: 28 set. 2025.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**: a historicidade da educação profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?**: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Alienação e sofrimento psíquico do professor**: uma leitura histórico-cultural. Campinas: Autores Associados, 2013.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Saúde mental e trabalho docente: uma abordagem histórico-cultural. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MOLON, Susana Isabel; ROSSI, Andréa; FERREIRA, Neide. **Trabalho docente e saúde mental**. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 15-40.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do ensino infantil e fundamental. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 30, e20160143, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0143>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/prLXmmdXG3hdQWTSBgm6JZD/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: crítica ao neoliberalismo na educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, A. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia Cardoso; FERRETI, Celso João; FREITAS, Luiz Carlos de. **Educação sob ataque**: plataformas, hegemonia empresarial e desmonte do público. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MACAIA, Adilson; FISCHER, Frida Marina. Retorno ao trabalho de professores afastados por transtornos mentais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, n. 35, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015130569>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bq4LizZLdYddskRRjnhKR4S/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2026.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 39. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017. Livro I.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Jerto Cardoso da; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; FUHR, Maiara da Silva; SARAIVA, Eduardo Steindorf. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, e242262, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/pnKjTfs7s9VrzJGMhTsMPSG/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2026.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 2018.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataforma**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018. DOI: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?lang=pt>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?lang=pt>. Acesso em: 05 de fev. 2026.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ORLANDO, Elaine de Almeida; MEYER, Patrícia. Produtivismo acadêmico e suas repercussões no desenvolvimento profissional de professores universitários. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 231-247, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016163514>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gtMMDrjZdhX8Q7yb5W5XqjN/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2026.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMSON, Ben. Big data in education: the digital future of learning, policy and practice. London: SAGE, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4135/9781529714920>. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/book/mono/big-data-in-education/toc#>. Acesso em: 27 set. 2025.

**Submetido:** 29/09/2025

**Correções:** 05/02/2026

**Aceite Final:** 10/02/2026